

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

Freepik



Taxa básica de juros varia conforme a economia, ou não

Como esperado, Copom mantém Selic em 15% ao ano

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) fez a primeira reunião do ano e, como previsto, manteve a taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano, conforme antecipou o Correio da Manhã. Em dezembro passado, o Copom já sinalizava que a taxa de juros seria mantida em 15% ao ano por tempo prolongado para garantir a convergência da inflação à meta, sem indicar quando começaria a baixar os juros. No entanto, as chances de uma redução ainda em janeiro aumentaram nos últimos dias com a queda recente do dólar, que voltou a ficar em torno de R\$ 5,20. A Selic está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano.

Reunião desfalcada

O Copom realizou a reunião mesmo desfalcada: no final do ano o mandato dos diretores de Organização do Sistema Financeiro, Renato Gomes, e de Política Econômica, Paulo Pichetti, expirou. O comportamento da inflação continua uma incógnita. Prévia da inflação oficial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) ficou em apenas 0,2% em outubro e acumula 4,5% em 12 meses, tendo voltado para o teto da meta.

Marcello Casal/Agência Brasil



Boletim do BC prevê inflação menor neste ano

Projeção de queda da inflação

Conforme o último boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras feita pelo BC, a estimativa de inflação caiu para 4,4%, contra 4,55% há quatro semanas. Isso representa inflação pouco abaixo do teto da meta contínua estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%, podendo chegar a 4,5% por causa do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas.

Principal instrumento

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. O BC atua diariamente por meio de operações de mercado aberto – comprando e vendendo títulos públicos federais – para manter a taxa de juros próxima do valor definido na reunião. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, pretende conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços.

Taxa dos bancos

Os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Ao reduzir a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a economia.

Cada 45 dias

O Copom se reúne a cada 45 dias. No primeiro dia do encontro, são feitas apresentações técnicas sobre a evolução e as perspectivas das economias brasileira e mundial e o comportamento do mercado financeiro. No segundo dia, os membros do Copom analisam as possibilidades e definem a Selic.

Meta contínua

Pelo novo sistema de meta contínua em vigor desde janeiro de 2025, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

Mês a mês

Nesse modelo, a meta passa ser apurada mês a mês, considerando a inflação de 12 meses. Em janeiro de 2026, a inflação desde fevereiro de 2025 é comparada com a meta e o intervalo de tolerância. Em fevereiro de 2026, o procedimento se repete, com apuração a partir de março de 2025. Dessa forma, a checagem se desloca ao longo do tempo.

Juro nos EUA

O comunicado do Comitê Federal de Mercado Aberto (Federal Open Market Committee – Fomc, na sigla em inglês), marcou uma pausa no ciclo de cortes iniciado em 2025, com os fed funds mantidos entre 3,5% e 3,75%. Ou seja, o Federal Reserve (Fed) manteve a taxa de juros dos EUA inalterada.

Especialista

“A atividade econômica passou a ser descrita como em ritmo sólido, em contraste com o moderado de dezembro, enquanto o mercado de trabalho mostra ganhos de emprego mais fracos. A leitura predominante é de uma postura de esperar para ver”, avalia Fabrício Echeverria, fundador e executivo-chefe da da Oby Capital.



Em setembro, o Plano Anual de Financiamento foi revisado

Dívida pública pode chegar a R\$ 10,3 trilhões em 2026

Governo criou espaço para diminuir títulos prefixados

Da redação

Depois de encerrar 2025 acima de R\$ 8,6 trilhões e em nível recorde, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá chegar ao fim deste ano entre R\$ 9,3 trilhões e R\$ 10,3 trilhões. Os números foram divulgados pelo Tesouro Nacional, que apresentou o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2026.

O plano apresenta metas para a dívida pública para este ano. Assim como no ano passado, o governo criou um espaço para diminuir a fatia de títulos prefixados (com taxas de juros fixas e definidas antecipadamente) e aumentar a participação dos papéis corrigidos pela taxa Selic. Isso ajudaria a atrair os investidores aos títulos vinculados à Selic. As informações são da Agência Brasil.

No ano passado, o Plano Anual de Financiamento originalmente previa que a Dívida Pública Federal poderia encerrar 2025 entre R\$ 8,1 trilhões e R\$ 8,5 trilhões. Em setembro, o PAF foi revisado para que o indicador fechasse 2025 entre R\$ 8,5 trilhões e R\$ 8,8 trilhões.

Segundo o documento, a dívida deverá encerrar o ano com a seguinte composição:

- Títulos vinculados à Selic: de 46% a 50%, atualmente está em 48,3%;
- Títulos corrigidos pela inflação: de 23% a 27%, atualmente está em 25,9%;
- Títulos prefixados: de 21% a 25%, atualmente está em 22%;

- Títulos vinculados ao câmbio: de 3% a 7%, atualmente está em 3,8%.

Os números não levam em conta as operações de compra e venda de dólares no mercado futuro pelo Banco Central, que interferem no resultado.

Os títulos corrigidos por taxas flutuantes aumentam o risco da dívida pública, porque a Selic pressiona mais o endividamento do governo quando os juros básicos da economia sobem. Quando o Banco Central reajusta os juros básicos, a parte da dívida interna corrigida pela Selic aumenta imediatamente.

Em tese, os papéis prefixados trazem mais previsibilidade. Isso porque os juros desses títulos são definidos no momento da emissão e não variam ao longo do tempo. Dessa forma, o Tesouro sabe exatamente quanto pagará de juros daqui a vários anos, quando os papéis vencerem, e os investidores tiverem de ser reembolsados. No entanto, os títulos prefixados têm taxas mais altas que a da Selic e aumentam o custo da dívida pública em momentos de instabilidade econômica.

O PAF também abriu margem para aumentar o prazo da dívida. No fim de 2025, o prazo médio ficou em 4 anos. O PAF estipulou que ficará entre 3,8 e 4,2 anos no fim de dezembro. O Tesouro divulga as estimativas em anos, não em meses. Já a parcela da dívida que vence nos próximos 12 meses encerrará 2025 entre 18% e 22%. Hoje está em 17,5%.